

PORTUGUÊS ULTIMATO



INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E
REDAÇÃO DISCURSIVA

AULA 1



INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

www.proffernandomoura.com.br

**DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. É PROIBIDO O COMPARTILHAMENTO
DESTE MATERIAL SEM AUTORIZAÇÃO DO AUTOR.**

PORTUGUÊS ULTIMATO SENADO 2 – INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E REDAÇÃO

AULA 1

Professor Fernando Moura

ESTRUTURA DIAFÓRICA DO TEXTO

Texto 1

Para se fazer uma revista de divulgação científica hoje, três diretrizes devem ser observadas. A primeira é o que queremos dizer e o que temos para dizer em uma revista. A segunda, se temos os meios humanos e financeiros para realizar o **projeto**. A terceira se refere à necessidade urgente de ampliar a “infraestrutura” de conhecimentos necessários para que a educação encontre raízes profundas **em nossa sociedade**, nos laboratórios de pesquisa, na natureza e na história que vivemos.

A divulgação científica, as informações e os conhecimentos que podemos oferecer à educação são **elementos** que contribuem para formar a opinião, a capacidade de crítica e de decisão dos diferentes setores da sociedade. Oferecer, **por exemplo**, dados e análises da história da educação superior no Brasil é importante para equacionar os conflitos que a universidade vive hoje.

Ciência Hoje (com adaptações)

(Cebraspe) Assinale a opção correta referente ao emprego, no texto, de elementos anafóricos e de outros recursos de coesão e coerência textual.

- (A) O substantivo “projeto”, conforme empregado no primeiro parágrafo do texto, refere-se ao projeto para a educação no Brasil.
- (B) No trecho “em nossa sociedade”, “nossa” reporta-se a uma comunidade científica específica.
- (C) A coesão do texto será preservada se o primeiro ponto for substituído por vírgula seguida de letra minúscula.
- (D) O termo “elementos” funciona como **hiperônimo** de “divulgação científica”, “informações” e “conhecimentos”.
- (E) A expressão “por exemplo” é apenas enfática; portanto, se for retirada, o último período permanece coerente e coeso com o trecho anterior.

- *Processos de coesão lexical*

1. **Sinonímia** — são lexemas sinônimos os que possuem identidade referencial em dois ou mais momentos sucessivos do texto. Estão, portanto, no mesmo campo semântico.

Ex.: Só é possível a doação do órgão com o **consentimento** prévio do paciente. Essa **aquiescência** permitirá o exercício da solidariedade.

2. **Hiperonímia** — a segunda expressão mantém com a primeira uma relação todo/parte.

Ex.: O **trabalhador** encontra dificuldades para exercitar a realidade digital do computador. Assim, é necessário treinar o **homem** para compreender a realidade da máquina que está diante dele.

(**Cebraspe**) O uso indevido de drogas constitui, na atualidade, séria e persistente ameaça à humanidade e à estabilidade das estruturas e valores políticos, econômicos, sociais e culturais de todos os Estados e sociedades. Suas consequências infligem considerável prejuízo às nações do mundo inteiro, e não são detidas por fronteiras: avançam por todos os cantos da sociedade e por todos os espaços geográficos, afetando homens e mulheres de diferentes grupos étnicos, independentemente de classe social e econômica ou mesmo de idade.

Na linha 6, dados os sentidos do trecho introduzido por dois-pontos, o vocábulo “fronteiras” deve ser interpretado em sentido amplo, não estando restrito ao seu sentido denotativo.

3. **Hiponímia** — a segunda expressão mantém com a primeira uma relação de parte/todo.

Ex.: O **indivíduo** que apresenta mau comportamento deve ser punido. A eliminação do **bandido** pela morte não é solução, portanto, para reduzir a criminalidade.

4. **Metonímia** — ocorre quando a segunda expressão mantém com a primeira uma relação de contiguidade semântica conotativa.

Ex.: Os **moços**, muitas vezes, esquecem que os idosos são fonte de sabedoria. A **juventude** precisa, por conseguinte, rever alguns valores.

5. **Elipse/Zeugma** — ocorre quando a segunda expressão fica logicamente subentendida em relação à primeira.

Ex.: Os guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia faturaram a soma de 1,5 bilhão de dólares. Também **fizeram** algum caixa com extorsões por meio de sequestros.

(**Câmara dos Deputados Cebraspe**) Constantemente, você precisa provar e comprovar que é quem diz ser. Embora pareça, essa não é uma questão filosófica.

Na linha 2, o sujeito da forma verbal “diz” é o pronome “quem”.

- Processos de coesão gramatical

1. Elemento coesivo **anafórico** — apresenta referente anteposto.

Ex.: O ex-presidente criticou o empresário **que** intermediou o patrocínio do projeto.

(Cebbraspe) **Sob** uma forma paradigmática, a língua encarna esse tipo de dados sociais, que pressupõem uma multiplicidade de seres humanos organizados em sociedades e **os quais**, ao mesmo tempo, não param de **se reindividualizar**.

A flexão de masculino em “os quais” (L.11) mostra que essa expressão retoma um referente masculino plural e não “sociedades” (L.10). O seu emprego, no texto, evita uma possível ambiguidade que poderia ser provocada pelo emprego do pronome **que**.

(Cebbraspe) Nas sociedades modernas, somos diariamente confrontados com uma grande massa de informações. As novas questões e os eventos que surgem no horizonte social frequentemente exigem, por nos **afetarem** de alguma maneira, que busquemos compreendê-**los**, aproximando-**os** daquilo que já conhecemos.

- a) O uso da flexão de terceira pessoa do plural em “afetarem” (L.4) estabelece a relação desse verbo com “novas questões e os eventos” (L.2-3).
- b) A flexão de masculino nos pronomes em “compreendê-los” e “aproximando-os”, ambos na linha 5, mostra que esses pronomes remetem a “eventos” (L.3); mas, como o sujeito da oração se inicia pela qualificação de “questões” (L.3), seria coerente ressaltar, na argumentação, o referente “questões”, fazendo-se uso da concordância no feminino.

2. Elemento coesivo **catafórico** — apresenta referente posposto.

Ex.: **Esta** é a principal causa da violência: a impunidade.

3. Elemento coesivo **endofórico** — apresenta referente interno (está dentro do texto).

4. Elemento coesivo **exofórico** — é aquele que apresenta referente externo (fora do texto).

Ex.: **Eu** estive fazendo um levantamento das mensagens que me enviam pela internet.

5. Elemento **dêitico** — sinal que designa mostrando, e não conceituando. Observe, cuidadosamente, pronomes pessoais e desinências verbais (indicam os participantes do ato do discurso), pronomes demonstrativos, certas locuções prepositivas e adverbiais, advérbios de tempo: *este, hoje, agora, ultimamente, recentemente, ontem, no próximo ano, antes de* (pretérito) e outros. Na verdade, os dêiticos são os elementos linguísticos que mais evidenciam a presença do emissor no enunciado (quem redige ou fala).

Ex.: Senhores pares, circula uma proposta para aumentar as verbas com vistas à contratação de funcionários pessoais de cada deputado **desta** Casa (*lugar em que o redator ou falante está*). **Hoje** (*tempo de quem redige ou fala*), um parlamentar

recebe 35.000 reais por mês para isso. A ideia é elevar esse montante para 45.000 reais. **Eu considero** (*marcas subjetivas de quem redige ou fala*) esse fermento nas verbas de gabinete um assalto aos cofres públicos.

6. Elemento **vicário** — palavra que, como verdadeiro pronome, se põe em lugar de uma oração inteira.

a) “Que quer dizer este nome? **É** que as almas, tanto que entram naquele templo, se tornam estáticas!”

b) “É um século que não chega pronto da fábrica, mas **sim** pronto para ser forjado por vocês à nossa imagem e semelhança.”

c) “O possuidor turbado poderá restituir-se contanto que **o faça** logo”.

Texto 2

Esta é uma declaração de amor: amo a língua portuguesa. Ela não é fácil. Não é maleável. E, como não foi profundamente trabalhada pelo pensamento, a sua tendência é a de não ter sutilezas e de reagir às vezes com um verdadeiro pontapé contra os que temerariamente ousam transformá-la numa linguagem de sentimento e de “alerteza”. E de amor. A língua portuguesa é um verdadeiro desafio para quem escreve. Sobretudo para quem escreve tirando das coisas e das pessoas a primeira capa de superficialismo.

Às vezes **ela** reage diante de um pensamento mais complicado. Às vezes se assusta com o imprevisível de uma frase. Eu gosto de manejá-la — como gostava de estar montada num cavalo e guiá-lo pelas rédeas, às vezes lentamente, às vezes a galope.

Eu queria que a língua portuguesa chegasse **ao** máximo nas minhas mãos. E esse desejo todos os que escrevem têm. Um Camões e outros iguais não bastaram para nos dar para sempre uma herança de língua já feita. (...)

Essas dificuldades nós as temos. Mas não falei do encantamento de lidar com uma língua que não foi aprofundada. **O que recebi de herança não me chega.**

Clarice Lispector. Declaração de amor. In: Crônicas para jovens: de escrita e vida.

Rio de Janeiro: Rocco Digital, p. 11 (com adaptações).

a) Sem alteração dos sentidos e da coesão do texto, o primeiro período do primeiro parágrafo poderia ser reescrito da seguinte maneira: *Esta é minha declaração de amor à língua portuguesa.*

b) O vocábulo “ela” retoma o trecho “a primeira capa de superficialismo”.

LEITURA OBRIGATÓRIA

Capítulos 1 e 2 do e-book *Novíssimo Curso de Compreensão e Interpretação de Textos*, do Professor Fernando Moura.

PORTUGUÊS ULTIMATO



INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E
REDAÇÃO DISCURSIVA

AULA 2



**INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

www.proffernandomoura.com.br

**DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. É PROIBIDO O COMPARTILHAMENTO
DESTE MATERIAL SEM AUTORIZAÇÃO DO AUTOR.**

PORTUGUÊS ULTIMATO SENADO 2 – INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E REDAÇÃO

AULA 2

Professor Fernando Moura

ESTRUTURA DIAFÓRICA E INTERTEXTUALIDADE

TEXTO I

(...) Para além das razões de método, pode-se aduzir à tolerância uma razão moral: o respeito à pessoa alheia. Também nesse caso, a tolerância não se baseia na renúncia à própria verdade, ou na indiferença a qualquer forma de verdade. Creio firmemente em minha verdade, mas penso que devo obedecer a um princípio moral absoluto: o respeito à pessoa alheia.

(...) As boas razões da tolerância não nos devem fazer esquecer que também a intolerância pode ter suas boas razões. Todos nós já nos vimos, cotidianamente, explodir em exclamações do tipo “é intolerável que...”, “como podemos tolerar que...” etc.

Nesse ponto, cabe esclarecer que o próprio termo “tolerância” tem dois significados, um positivo e outro negativo, e que, portanto, também tem dois significados, respectivamente negativo e positivo, o termo oposto. Em sentido positivo, a tolerância se opõe à intolerância em sentido negativo; e, vice-versa, ao sentido negativo de tolerância se contrapõe o sentido positivo de intolerância. Intolerância, em sentido positivo, é sinônimo de severidade, rigor, firmeza, qualidades que se incluem todas no âmbito das virtudes; tolerância em sentido negativo, ao contrário, é sinônimo de indulgência culposa, de condescendência com o mal, com o erro, por falta de princípios, por cegueira diante dos valores. É evidente que, quando fazemos o elogio da tolerância, reconhecendo nela um dos princípios fundamentais da vida livre e pacífica, pretendemos falar da tolerância em sentido positivo.(...)

(...) Tolerância em sentido negativo se opõe à firmeza nos princípios, ou seja, à justa ou devida exclusão de tudo o que pode causar dano aos indivíduos ou à sociedade. Se as sociedades despóticas de todos os tempos e de nosso tempo sofrem de falta de tolerância em sentido positivo, as nossas sociedades democráticas e permissivas sofrem de excesso de tolerância em sentido negativo, de tolerância no sentido de deixar as coisas como estão, de não interferir, de não se escandalizar, nem se indignar com mais nada.

(Norberto Bobbio. A Era dos Direitos, com adaptações.)

De acordo com as ideias do texto, julgue os itens seguintes.

1. Tomados em sentido negativo, tolerância e seu antônimo são sinônimos para os quais não se apresentam “boas razões”.
2. Se reconhecida como um dos princípios da vida livre e pacífica, a tolerância pode incluir severidade, rigor, firmeza, que combinam mais, no entanto, com a intolerância das sociedades despóticas.
3. Tolerância em sentido positivo é conflitante com a coerência, pois implica indiferença a qualquer forma de verdade.
4. Em sentido positivo, intolerância opõe-se, por exemplo, a “cegueira diante dos valores” (l. 25).
5. Exclamações que evidenciam indignação diante de situações danosas à sociedade e aos indivíduos enquadram-se no conceito de tolerância em sentido positivo.
6. Em “mas penso que devo obedecer a um princípio moral” (ls. 5 e 6), o elemento coesivo “mas” indica ratificação.
7. Em “Creio firmemente em minha verdade” (l. 5), há indicação de dêitico subjetivo no texto, o que não ocorre em “Todos nós já nos vimos” (l. 10), em que há objetividade.
8. O termo “qualidades” (l. 21) tem função apositiva e acrescenta um significado de restrição em relação aos referentes.
9. Em “por falta de princípios, por cegueira” (ls. 24-25), há indicação de causa em relação à estrutura anterior.
10. O último período do texto é construído com base na comparação entre três unidades significativas antagônicas, mas não-excludentes entre si.

TEXTO II

O fato de que se tenha reconhecido uma crescente competência internacional em matéria de direitos humanos não significa que os organismos internacionais tenham primazia sobre o Estado nesse terreno. A obrigação primária de promover e assegurar o respeito aos direitos humanos continua a pertencer aos Estados, que, nesse como em muitos outros campos, dependem grandemente da capacidade dos órgãos, da sociedade e dos indivíduos de apoiar e exigir, na legislação e na prática da vida nacional, a observância dos direitos civis e políticos, econômicos, sociais e culturais e das liberdades fundamentais.

Só a arraigada e persistente defesa dos direitos individuais e coletivos, a rejeição categórica da discriminação e da arbitrariedade, por parte da sociedade nacional e do Governo, poderá, de forma duradoura, assegurar o respeito e a promoção da dignidade humana consagrada nos instrumentos internacionais em vigor. Os momentos de crise que a sociedade brasileira atravessa requerem, ao lado da permanente busca da justiça e da equidade, grande dose de tolerância, de equilíbrio e de capacidade de transigência entre os diversos grupos da sociedade, a fim de preservar a dose necessária de harmonia social em meio aos inevitáveis ajustes que a nossa economia e sociedade requerem.

(Gilberto Vergne Sabóia. In: Temas de Política Externa Brasileira, com adaptações.)

Com base nas ideias dos textos I e II, julgue os itens seguintes.

11. A defesa dos direitos do homem não é da competência dos organismos internacionais.
12. Atualmente, os direitos humanos valem somente no âmbito do Estado que os reconhece.
13. A declaração dos direitos humanos não é condição suficiente para que esses direitos sejam respeitados.
14. A defesa dos direitos do homem e das liberdades individuais implica medidas restritivas a certos grupos da sociedade.
15. No Brasil, a matéria relativa aos direitos humanos está à mercê da boa vontade da sociedade.
16. Em “A obrigação primária” (l. 5), o adjetivo remete a **insipiente**, atribuindo ao substantivo uma valoração negativa.
17. Na expressão “exigir (...) a observância” (ls. 9 e 10), o emprego do substantivo “observância” empresta ao verbo o valor conotativo de **praticar admoestação**.
18. Em “arraigada e persistente defesa” (l. 13), os adjetivos significam **insubmissão e determinação**, respectivamente.
19. O adjetivo da expressão “rejeição categórica” (l. 14) opõe-se à ideia contida em **hipótese, conjectura**.
20. No primeiro período do segundo parágrafo, há uma corroboração implícita a uma boa razão da intolerância em sentido positivo.

PORTUGUÊS ULTIMATO



INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E
REDAÇÃO DISCURSIVA

AULA 3



INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

www.proffernandomoura.com.br

**DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. É PROIBIDO O COMPARTILHAMENTO
DESTE MATERIAL SEM AUTORIZAÇÃO DO AUTOR.**

PORTUGUÊS ULTIMATO SENADO 2 – INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E REDAÇÃO

AULA 3

Professor Fernando Moura

TIPOLOGIA TEXTUAL

Coesão – Paráfrase - Perífrase

Texto 1 (Senado)

O nome é um pouco esquisito, mas se trata de algo bastante conhecido: *hoax* é sinônimo de boato no mundo digital. Quem nunca recebeu mensagens difamando empresas ou noticiando o caso do garoto com câncer? Ou então a história de ter os rins retirados e acordar em uma banheira de gelo, que, no final, ainda pede para enviar o e-mail para os amigos? Nunca se sabe como os boatos surgem. Dizem os especialistas que o prazer de quem envia boatos por *e-mail* é receber as histórias escritas por eles mesmos depois de algum tempo. Se isso serve de consolo aos usuários que um dia já acreditaram em boatos *internéticos*, um grande jornal impresso paulista — não a Folha — chegou a noticiar um, como se fosse uma notícia verdadeira. Tratava-se de um *e-mail* dizendo que as escolas norte-americanas ensinavam a suas crianças que a Amazônia não era de fato brasileira. Segundo a mensagem, essa área era de controle internacional. É claro que, depois de sua publicação, a falsa notícia ganhou contorno de realidade. Mas um boato *internético* é tão controlável quanto o boato convencional. A melhor proteção contra ele é nunca passar adiante mensagens com conteúdo duvidoso. Na dúvida, delete a mensagem.

Mensagem circulada pela Internet, em dezembro de 2001 (com adaptações).

A partir das ideias explícitas e implícitas no Texto 1, julgue os itens abaixo.

1. A grande maioria das pessoas que vivem nos centros urbanos costuma receber mensagens eletrônicas apelativas, com propagandas de instituições comerciais ou com solicitações de auxílio, principalmente envolvendo crianças e (ou) velhos doentes.
2. A circulação de algumas mensagens, como a de se ter os “rins retirados e acordar em uma banheira de gelo” (L.2-3), de caráter jocoso e assustador, pode partir do princípio de que alguns usuários desse tipo de comunicação são ingênuos — acatam e divulgam, sem julgamento prévio, tudo o que lêem.
3. Embora os destinatários possam ignorar a real procedência e a veracidade das informações da correspondência, geralmente os remetentes últimos podem ser reconhecidos pelos recebedores que, a partir dos dados do endereçamento, acompanham as informações de quem a enviou.
4. Segundo os especialistas, o prazer daqueles que inventam e fazem circular histórias de fundo apelativo ou informativo é transformarem-se em destinatários das mensagens por eles próprios criadas.
5. As melhores maneiras de se prejudicar ou impedir a expansão de um boato *internético*, de conteúdo tão incerto quanto o de um boato convencional, são impedir-lhe a circulação, interrompendo o circuito comunicacional, e apagar a mensagem.

Texto 2 (Senado)

Estive fazendo um levantamento de todas as mensagens que me enviaram pela Internet e observei como elas mudaram a minha vida.

Primeiro, deixei de ir a bares e boates por medo de me envolver com alguém ligado a alguma quadrilha de ladrões de órgãos, com terror de que me roubem as córneas, arranquem-me os dois rins, ou até mesmo esperma, deixando-me estirado dentro de uma banheira cheia de gelo com uma mensagem: “Chame a emergência ou morrerá”. Em seguida, deixei também de ir ao cinema, com medo de sentar-me em uma poltrona com seringa infectada com o vírus da AIDS.

Depois, parei de atender o telefone para evitar que me pedissem para digitar *9 e minha linha ser clonada e eu ter de pagar uma conta astronômica. Acabei dando o meu celular porque iriam me presentear com um modelo mais novo, de outra marca, o que nunca aconteceu. Então, tive de comprar outro, mas o abandonei em um canto com medo de que as micro-ondas me dessem câncer no cérebro.

Deixei de comer vários alimentos com medo dos estrógenos. Parei de comer galinha e hambúrgueres porque eles não são mais que carne de monstros horríveis sem olhos, cabeludos e cultivados em um laboratório.

Deixei de ter relações sexuais por medo de comprar preservativos furados que me contagiem com alguma doença venérea. Aproveitei e abandonei o hábito de tomar qualquer coisa em lata para não morrer devido aos resíduos infectados pela urina de rato.

Deixei de ir aos *shoppings* com medo de que sequestrarem a minha mulher e a obriguem a gastar todos os limites do cartão de crédito ou coloquem alguém morto no porta-malas do automóvel dela.

Eu participei arduamente em uma campanha contra a tortura de alguns ursos asiáticos que tinham a bÍlis extraída, e contra o desmatamento da floresta amazônica.

Fiquei praticamente arruinado financeiramente por comprar todos os antivírus existentes para evitar que a maldita rã da *Budweiser* invadisse o meu micro ou que os *Teletubies* se apoderassem do meu protetor de tela.

Quis fazer o meu testamento e entregá-lo ao meu advogado para doar os meus bens para a instituição beneficente que recebe um centavo de dólar por pessoa que anota seu nome na corrente pela luta da independência das mulheres no Paquistão, mas não pude entregar porque tive medo de passar a língua sobre a cola na borda do envelope e contaminar-me com as baratas ali incubadas, segundo me haviam informado por *e-mail*.

E acabei acreditando, como se não bastasse, que tudo de ruim e de injusto que me aconteceu é porque quebrei todas as correntes ridículas que me enviaram e acabei sendo amaldiçoado. Resultado: estou em tratamento psiquiátrico.

(Mensagem circulada pela internet — com adaptações)

Comparando os Textos 1 e 2 quanto às ideias, à tipologia textual e às relações discursivas, julgue os seguintes itens.

6. No Texto 1, predomina a construção expositiva do tema, com o intuito de advertir o leitor acerca dos boatos circulantes em correspondências eletrônicas; no Texto 2, no entanto, tem-se uma estrutura eminentemente narrativa, em que a personagem recebedora desse tipo de mensagem expõe as limitações e os vexames passados, em decorrência de dar crédito ao conteúdo dos *e-mails*.
7. Com respeito ao assunto e ao enfoque dado ao tema, o Texto 2 constitui uma paráfrase, expandida, do Texto 1.
8. Distinta da estruturação do Texto 1, a constituição do Texto 2 está embasada em uma sequência de relações de consequências com suas respectivas causas.
9. O segundo parágrafo do Texto 2 apresenta, por meio de uma construção perifrástica, uma referência direta a uma informação explícita no Texto 1.
10. O Texto 2 tem caráter alegórico.

Texto 3

História para ninar executivos

Havia um pastor chamado Pedro – como aliás se chamam todos os pastores de histórias como esta. Ele tinha um jeito todo especial para cuidar de seu rebanho. Até parece que os bichinhos reconheciam esse talento e o admiravam por isso. Acho que se pudessem falar e escolher o próprio pastor, sem dúvida Pedro seria o favorito. Ele sabia criar um clima organizacional muito especial, como, por exemplo, dar nome para cada carneirinho e ovelhinha, respeitando os hábitos e costumes de cada um.

Ao longo dos anos, Pedro acabou desenvolvendo uma sensibilidade muito apurada em seu trabalho. Graças a essa habilidade, aprendeu a identificar com rapidez quando havia uma ovelha mais estressada no grupo. Mas descobriu também que a causa não era tão importante assim. O que realmente interessava era, fosse qual fosse a circunstância, neutralizar o problema. Se não agisse com vigor, o rebanho inteiro poderia se contaminar com o comportamento de uma ovelha, tornando-se incontrolável em alguns minutos.

Para se defender de situações como essa, Pedro cercou-se de uma série de ferramentas. A primeira delas foi estabelecer sensores que o alertassem com antecedência sobre fatos muitas vezes despercebidos, mas com potencial para se transformarem em sérios problemas para o rebanho.

Assim, se uma ovelha apresentasse uma tendência à histeria, berrando desnecessariamente e provocando contínua ansiedade no grupo, era implacável na punição.

Também sabia reconhecer e premiar os melhores colaboradores.

(Revista Exame)

A respeito das ideias contidas no Texto 3, julgue os itens que se seguem.

11. O texto classifica-se como uma fábula ou um apólogo, por atribuir a seres inanimados características de seres humanos.
12. O texto apresenta forte conotação religiosa, haja vista a inserção, já no início da narrativa, do nome bíblico Pedro.
13. Pelo emprego de algumas palavras ou expressões, percebe-se o tom irônico empregado na história.
14. Com o trecho “Mas descobriu também que a causa não era tão importante assim”, há uma crítica ao tratamento dispensado aos empregados pelos patrões.
15. As atitudes do pastor estão fundadas na seguinte máxima: uma ovelha ruim põe a perder todo o rebanho.

PORTUGUÊS ULTIMATO



Senado

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E
REDAÇÃO DISCURSIVA

AULA 4



**INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**
CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

www.proffernandomoura.com.br

**DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. É PROIBIDO O COMPARTILHAMENTO
DESTE MATERIAL SEM AUTORIZAÇÃO DO AUTOR.**

PORTUGUÊS ULTIMATO SENADO 2 – INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E REDAÇÃO

AULA 4

Professor Fernando Moura

TIPOLOGIA TEXTUAL

Texto 1

História para ninar executivos

Havia um pastor chamado Pedro – como aliás se chamam todos os pastores de histórias como esta. Ele tinha um jeito todo especial para cuidar de seu rebanho. Até parece que os bichinhos reconheciam esse talento e o admiravam por isso. Acho que se pudessem falar e escolher o próprio pastor, sem dúvida Pedro seria o favorito. Ele sabia criar um clima organizacional muito especial, como, por exemplo, dar nome para cada carneirinho e ovelhinha, respeitando os hábitos e costumes de cada um.

Ao longo dos anos, Pedro acabou desenvolvendo uma sensibilidade muito apurada em seu trabalho. Graças a essa habilidade, aprendeu a identificar com rapidez quando havia uma ovelha mais estressada no grupo. Mas descobriu também que a causa não era tão importante assim. O que realmente interessava era, fosse qual fosse a circunstância, neutralizar o problema. Se não agisse com vigor, o rebanho inteiro poderia se contaminar com o comportamento de uma ovelha, tornando-se incontrolável em alguns minutos.

Para se defender de situações como essa, Pedro cercou-se de uma série de ferramentas. A primeira delas foi estabelecer sensores que o alertassem com antecedência sobre fatos muitas vezes despercebidos, mas com potencial para se transformarem em sérios problemas para o rebanho.

Assim, se uma ovelha apresentasse uma tendência à histeria, berrando desnecessariamente e provocando contínua ansiedade no grupo, era implacável na punição.

Também sabia reconhecer e premiar os melhores colaboradores.

(Revista Exame)

A respeito das ideias contidas no Texto 3, julgue os itens que se seguem.

1. O texto classifica-se como uma fábula ou um apólogo, por atribuir a seres inanimados características de seres humanos.
2. O texto apresenta forte conotação religiosa, haja vista a inserção, já no início da narrativa, do nome bíblico Pedro.
3. Pelo emprego de algumas palavras ou expressões, percebe-se o tom irônico empregado na história.
4. Com o trecho “Mas descobriu também que a causa não era tão importante assim”, há uma crítica ao tratamento dispensado aos empregados pelos patrões.
5. As atitudes do pastor estão fundadas na seguinte máxima: uma ovelha ruim põe a perder todo o rebanho.

Texto 2 (Cebraspe)

Na atualidade, em qualquer parte do mundo, podem desenvolver-se atividades de apoio logístico ou de recrutamento ao terrorismo. Isso se deve à sua própria lógica de disseminação transnacional, que busca continuamente novas áreas de atuação e, também, às vantagens específicas que cada país pode oferecer a membros de organizações extremistas, como facilidades de obtenção de documentos falsos ou de acesso a seu território, além de movimentação, refúgio e acesso a bens de natureza material e tecnológica.

A descentralização das organizações extremistas amplia sua capacidade operacional e lhes permite realizar atentados quando as circunstâncias lhes forem favoráveis e onde menos se espera, para potencializar o efeito surpresa e o sentimento de insegurança, objetivos próprios do ato terrorista. Desse modo, cidadãos e interesses de qualquer país, ainda que não sejam os alvos ideais, em termos ideológico-religiosos, podem servir de “pontes” para que organizações extremistas atinjam, embora indiretamente, seus principais oponentes.

Idem, *ibidem* (com adaptações).

Com base nas ideias, nas estruturas linguísticas e na tipologia do texto acima, julgue o item que se segue.

6. A estrutura do trecho é característica de texto instrucional ou injuntivo.

TIPOS TEXTUAIS

- **Narração**
- **Descrição**
- **Dissertação**
- **Injunção**
- **Predição**

Texto 3 (Cebraspe)

Em 1996, no artigo Contratos inteligentes, o criptógrafo Nick Szabo predizia que a Internet mudaria para sempre a natureza dos sistemas legais. A justiça do futuro, dizia, estaria baseada em uma tecnologia chamada contratos inteligentes.

Os contratos legais com que habitualmente trabalham os advogados estão escritos em linguagem frequentemente ambígua e sujeita a interpretações diversas. Um contrato inteligente é um acordo escrito em código de software, que, como linguagem de programação, é claro e objetivo. O contrato se executa de maneira automática quando se cumprem as condições acordadas. Ambas as partes podem ter certeza quase total de que o acordo se cumprirá tal como foi combinado. E tudo ocorre em uma rede descentralizada de computadores. Não há nada que as partes possam fazer para evitar o cumprimento do contrato.

Imaginemos que Alice compre um automóvel com um crédito bancário, mas deixe de pagar suas prestações. Uma manhã, introduz sua chave digital no veículo, e a porta não abre. Foi bloqueada por falta de cumprimento do contrato. Minutos depois, chega o funcionário do banco com outra chave digital. Abre a porta, liga o motor e parte com o veículo. O contrato inteligente bloqueou, de maneira automática, o uso do dispositivo digital por Alice, porque ela não cumpriu o contrato. O banco recupera o veículo, sem perder tempo com advogados.

Com base nas ideias, nas estruturas linguísticas e na tipologia do texto acima, julgue os itens que se seguem.

7. Embora o texto seja predominantemente dissertativo, seu terceiro parágrafo é essencialmente narrativo.
8. O segmento “E tudo ocorre em uma rede descentralizada de computadores” (L. 13 e 14) expressa conclusão no parágrafo em que aparece.

IMPORTANTE: FOCO NARRATIVO E TIPOS DE DISCURSO

FOCO NARRATIVO

a) Narrador-personagem: 1ª pessoa/ O narrador participa dos fatos explicitados.

Eu não só vi o Holocausto: eu o vivi. E sobrevivi para contar. Fui um dos poucos de uma família de 79 pessoas. Foi em julho de 1941 que os soldados alemães chegaram ao nosso povoado: Securení, que ficava na então Bessarábia (hoje território da Ucrânia). Não demorou a vir pelos alto-falantes a ordem para que todos os judeus se reunissem na manhã seguinte, na praça próxima ao cemitério judaico. Devíamos levar nossos pertences e mantimentos. Quem não obedecesse seria fuzilado. Começou ali nossa marcha de 1.500 quilômetros – que fizemos sujos, doentes e famintos. Marchar longas distâncias era uma das formas que os nazistas usavam para exterminar os judeus. Aprendemos a aceitar a morte, de tão corriqueira.

MICHAEL STIVELMAN

b) Narrador-observador: 3ª pessoa/ O narrador apenas observa os fatos explicitados.

Agora olhavam as lojas, as toldas, a mesa do leilão. E conferenciavam pasmados. Tinham percebido que havia muitas pessoas no mundo. Ocupavam-se em descobrir uma enorme quantidade de objetos. Comunicaram baixinho um ao outro as surpresas que os enchiam. Impossível imaginar tantas maravilhas juntas. O menino mais novo teve uma dúvida e apresentou-a timidamente ao irmão

Graciliano Ramos. Vidas secas. São Paulo: Martins, 1972, p.125.

c) Narrador-onisciente: 3ª pessoa/ Sabe tudo: além de observar os fatos explicitados, conhece intrinsecamente as personagens.

O senador olhava fixamente para o documento. Ele precisou de muito controle para suportar a revolta que lhe invadia o pensamento.

TIPOS DE DISCURSO

a) Discurso direto

Características:

- fala fiel dos interlocutores ou das personagens;
- frequentemente, um verbo *dicendi* (falar, dizer, responder, afirmar, indagar, perguntar e outros);

O delegado perguntou ao depoente:

- ***Você tem o hábito de compartilhar esse tipo de material?***

b) Discurso indireto

Características:

- fala não visível das personagens, mas explicitada pelo narrador (numa oração subordinada substantiva);
- verbo *dicendi*;
- conectivo explícito ou implícito.

O senador perguntou ao depoente ***se ele tinha o hábito de compartilhar esse tipo de material.***

O depoente, é claro, respondeu ***que não.*** Disse ***estar muito nervoso com tantos questionamentos.***

c) Discurso indireto livre ou semi-indireto

Características:

- falta do verbo *dicendi*, dois pontos, travessão ou aspas;
- fala não visível das personagens, cuja voz parece confundir-se com a do narrador;
- períodos livres (sem elo subordinativo).

*Fabiano escutou, ouviu o rumor do chumbo que se derramava no cano da arma, as pancadas surdas da vareta na bucha. Suspirou. **Coitadinha da Baleia.***

(Graciliano Ramos. Vidas Secas)

Texto 4 (Cebraspe)

Tarde de verão, é levado ao jardim na cadeira de braços — sobre a palhinha dura a capa de plástico e, apesar do calor, manta xadrez no joelho. Cabeça caída no peito, um fio de baba no queixo. Sozinho, regala-se com o trino da corruíra, um cacho dourado de giesta e, ao arrepio da brisa, as folhinhas do chorão faiscando — verde, verde! Primeira vez depois do insulto cerebral aquela ânsia de viver. De novo um homem, não barata leprosa com caspa na sobrancelha — e, a sombra das folhas na cabecinha trêmula, adormece. Gritos: *Recolha a roupa. Maria, feche a janela. Prendeu o Nero?* Rebenta com fúria o temporal. Aos trancos João ergue o rosto, a chuva escorre na boca torta. Revira em agonia o olho vermelho — é uma coisa, que a família esquece na confusão de recolher a roupa e fechar as janelas?

Dalton Trevisan. Ah, é? Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 67 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens seguintes..

9. No texto, predominantemente narrativo, ocorrem tanto o discurso direto como o discurso indireto livre.

10. A escassez de verbos nas duas primeiras frases do texto e o uso de forma verbal na voz passiva realçam a situação de imobilidade e fragilidade do personagem em foco.

11. Por tratar-se de narrativa em terceira pessoa, o texto apresenta, além do relato das ações, alguns comentários do narrador, sem perscrutar o pensamento do personagem principal.

12. O uso das formas verbais “ergue” (linha 6) e “Revira” (linha 7), denotativas de movimento, indica a recuperação física do personagem, decorrente da retomada da “ânsia de viver” (linha 4) .

13. O prazer proporcionado pela percepção sensorial de pássaro e plantas contribui para que o personagem se sinta revigorado e recupere sua autoestima.

IMPORTANTE!

Gêneros textuais (narração)

- Novela
- Romance
- Conto
- Crônica
- Fábula/apólogo/parábola
- Biografia

Gêneros textuais (exposição)

- Resumo
- Resenha
- Reportagem
- Notícia
- Verbetes de dicionário

Gêneros textuais (injunção)

- Receita
- Manual de instruções
- Regras de jogo
- Bula

Gêneros textuais (argumentação)

- Artigo de opinião
- Editorial

Texto 5 (Cebraspe)

A expressão “violência obstétrica” ofende médicos. Dizem não existir o fenômeno, mas casos isolados de imperícia ou negligência médicas. O que aconteceu com a brasileira Adelir Gomes, grávida e forçada pela equipe de saúde a realizar uma cesárea contra sua vontade, dizem ser um caso extremo, escandalizado pelas feministas como de violência obstétrica. Não é verdade. A violência obstétrica manifesta-se de várias formas no ciclo de vida reprodutiva das mulheres. Em cada mulher insultada verbalmente porque sente dor no momento do parto ou quando não lhe oferecem analgesia. Na violência sexual sofrida em atendimento pré-natal ou em clínicas de reprodução assistida. No uso de fórceps, na proibição de doulas ou pessoas de confiança na sala de parto. Na cesárea como indicação médica para o parto seguro. A verdade é que a violência obstétrica é uma forma de desumanização das mulheres.

Débora Diniz e Giselle Carino, Jornal El País Brasil, 20 de março de 2019.

14. O texto lido corresponde a um artigo de opinião cujo tema - “violência obstétrica” — revela uma forma de desumanização das mulheres.

Texto 6 (Cebraspe)

Chatear e encher (Paulo Mendes Campos)

Um amigo meu me ensina a diferença entre “chatear” e “encher”. Chatear é assim: você telefona para um escritório qualquer na cidade.

— Alô! Quer me chamar por favor o Valdemar?

— Aqui não tem nenhum Valdemar.

Daí a alguns minutos você liga de novo:

— O Valdemar, por obséquio.

— Cavalheiro, aqui não trabalha nenhum Valdemar.

— Mas não é do número tal?

— É, mas aqui nunca teve nenhum Valdemar.

Mais cinco minutos, você liga o mesmo número:

— Por favor, o Valdemar já chegou?

— Vê se te manca, palhaço. Já não lhe disse que o diabo desse Valdemar nunca trabalhou aqui?

— Mas ele mesmo me disse que trabalhava aí.

— Não chateia.

Daí a dez minutos, liga de novo.

— Escute uma coisa! O Valdemar não deixou pelo menos um recado?

O outro desta vez esquece a presença da datilógrafa e diz coisas impublicáveis.

Até aqui é chatear. Para encher, espere passar mais dez minutos, faça nova ligação:

— Alô! Quem fala? Quem fala aqui é o Valdemar. Alguém telefonou para mim?

15. O texto lido tem, quanto ao gênero textual, caráter alegórico.

PORTUGUÊS ULTIMATO



Senado

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E
REDAÇÃO DISCURSIVA

AULA 5



INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

www.proffernandomoura.com.br

**DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. É PROIBIDO O COMPARTILHAMENTO
DESTE MATERIAL SEM AUTORIZAÇÃO DO AUTOR.**

**PORTUGUÊS ULTIMATO SENADO 2 – INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E
REDAÇÃO**

AULA 5

Professor Fernando Moura

DISSERTAÇÃO – PROVA DISCURSIVA
Senado

ASPECTOS AVALIADOS PELA BANCA EXAMINADORA

1. Apresentação e estrutura textuais (legibilidade, margens, parágrafos e texto estruturado)
2. Aspectos macroestruturais (conteúdo/ desenvolvimento do tema)
3. Aspectos microestruturais (modalidade culta da língua)

1. Apresentação e estrutura textuais

FOLHA PARA O TEXTO DEFINITIVO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

2. Aspectos microestruturais importantes (Parte I)

2.1.Ortografia

contrarrazões
socioeducativas
maus-tratos
dia a dia
mão de obra
má-fé
boa-fé
órgãos
não intervenção

2.2. Particularidades léxicas e gramaticais

Evite	Substitua por	Exemplo
1. A nível de (expressão inexistente)	Ao nível de (= paralelismo) Em nível de (= esfera, instância)	<i>Esse caso será julgado em nível de STF.</i>
2. A partir da análise dos dados (Use “a partir de” somente como valor temporal. Ex.: A partir do século XIX...)	Com base na análise dos dados Com fundamento na lei	Com base na análise dos dados, definiram-se os projetos de lei prioritários.
3. Sob o ponto de vista	Do ponto de vista	Do ponto de vista legislativo, essa medida é inconstitucional.
4. Às custas de	À custa de, a expensas de	Tudo correrá à custa do Senado.
5. Através da lei	Por meio da lei	Por meio da lei, definiram-se as questões orçamentárias.
6. Como sendo, sendo que (estruturas inexistentes), gerundismo.	Reescreva, refaça a conexão.	A internet tem o potencial de facilitar o consumo de pornografia infantil, sendo que espalha material por todo o planeta, e na América Latina ocorre grande parte da faceta mais sensível dessa conduta, favorecendo a existência de delitos sexuais.
7. Devido a, em função de	Em razão de, em virtude de, por causa de	Isso ocorre em razão da existência de falhas na lei.
8. Enquanto (no sentido de “na qualidade de”)	Como, na qualidade de	O Senado, na qualidade de órgão de representação dos interesses coletivos, deve combater esse ilícito.
9. Face ao exposto	Em face do exposto, ante o	Em face do exposto,

	exposto	sugerem-se medidas de combate ao tráfico de drogas.
10. Via de regra	Por via de regra, em regra (preferir esta última)	Esse problema, em regra, atinge a sociedade brasileira.
11. Ter que	Ter de (embora as duas formas estejam corretas, você evitará a repetição da palavra “que”)	A sociedade tem de estabelecer limites morais e éticos.
12. Sendo assim	Dessa forma, / Desse modo,	Dessa forma, buscam-se ações positivas contra a discriminação.
13. Alfim	Finalmente, /Por fim,	Por fim, quanto ao mérito do projeto, considere-se o disposto no artigo 5º. da Constituição.
14. Já o princípio X	O princípio X, por sua vez,	O princípio da legalidade, por sua vez, exige a observância da lei.
15. No sentido de/ visando	A fim de, com vista(s) a	Estabeleceu-se a regra, com vistas a combater a comercialização de produtos contrabandeados.
16. No século passado, onde	No século passado, quando	
17. Na Lei 8.112, de 1990, onde	Na Lei 8.112, de 1990, em que	
18. Ocorreu na França, na qual	Ocorreu na França, onde	
19. Vez que, inobstante (conectivos não registrados pelo VOLP)	Uma vez que (= causa), não obstante (= concessão)	
20. etc.	e outros/ e outras/ entre outros/ entre outras.	No Brasil, há agravantes político-sociais: fome, corrupção, nepotismo, violência, entre outras.
21. Dentre os princípios, está o da legalidade.	Lembre-se: entre = no meio de; dentre = do meio de.	Entre os princípios, está o da legalidade. <i>Dentre objetos, retiraram-se os que são cortantes.</i>
22. Está melhor estruturado.		O plano está mais bem estruturado.
23. Ao invés de punir, o administrador deve orientar.	Em vez de	Em vez de punir, o administrador deve orientar.

PORTUGUÊS ULTIMATO



Senado

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E
REDAÇÃO DISCURSIVA

AULA 6



**INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

www.proffernandomoura.com.br

**DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. É PROIBIDO O COMPARTILHAMENTO
DESTE MATERIAL SEM AUTORIZAÇÃO DO AUTOR.**

**PORTUGUÊS ULTIMATO SENADO 2
INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E REDAÇÃO**

AULA 6

Professor Fernando Moura

DISSERTAÇÃO – PROVA DISCURSIVA

Senado

11. Via de regra	Por via de regra, em regra (preferir esta última)	Esse problema, em regra, atinge a sociedade brasileira.
12. Ter que	Ter de (embora as duas formas estejam corretas, você evitará a repetição da palavra “que”)	A sociedade tem de estabelecer limites morais e éticos.
13. Sendo assim	Dessa forma, / Desse modo,	Dessa forma, buscam-se ações positivas contra a discriminação.
14. Alfim	Finalmente, /Por fim,	Por fim, quanto ao mérito do projeto , considere-se o disposto no artigo 5º. da Constituição.
15. Já o princípio X	O princípio X, por sua vez,	O princípio da legalidade, por sua vez, exige a observância da lei.
16. No sentido de/ visando	A fim de, com vista(s) a	Estabeleceu-se a regra, com vistas a combater a comercialização de produtos contrabandeados.
17. No século passado, onde	No século passado, quando	
18. Na Lei 8.112, de 1990, onde	Na Lei 8.112, de 1990, em que	
19. Ocorreu na França, na qual	Ocorreu na França, onde	
20. Vez que, inobstante (conectivos não registrados pelo VOLP)	Uma vez que (= causa) , não obstante (= concessão)	
21. etc.	e outros/ e outras/ entre outros/ entre outras.	No Brasil, há agravantes político-sociais: fome, corrupção, nepotismo, violência, entre outras.
22. Dentre os princípios, está	Lembre-se:	Entre os princípios, está o da

o da legalidade.	entre = no meio de; dentre = do meio de.	legalidade. <i>Dentre objetos, retiraram-se os que são cortantes.</i>
23. Está melhor estruturado.		O plano está mais bem estruturado.
24. Ao invés de punir, o administrador deve orientar.	Em vez de	Em vez de punir, o administrador deve orientar.

A ESTRUTURA TEXTUAL DISSERTATIVA

ASPECTOS AVALIADOS (último edital)

- Apresentação, legibilidade, margens e parágrafos
- Adequação ao tema e (ou) à tipologia textual
- Estrutura textual (construção pertinente de introdução, desenvolvimento e conclusão)
- Pertinência e riqueza de argumentos/exemplos
- Relação lógica entre as ideias
- Objetividade, ordenação e clareza das ideias
- Pertinência de conteúdo e abordagem

1. INTRODUÇÃO

1.1. Conceitual

(Cebbraspe/PF) Redija um texto dissertativo atendendo ao que se pede a seguir.

1 - Discorra sobre o conceito de poder de polícia e cite dois exemplos de atos administrativos que expressam esse poder. [valor: 1,20 ponto]

2 - Discorra sobre os ciclos ou fases do poder de polícia. [valor: 1,20 ponto]

3 - Apresente as distinções entre polícia administrativa e polícia judiciária, explicitando, para cada uma dessas polícias: o objeto de incidência, as infrações tratadas e os órgãos competentes para seu exercício. [valor: 1,40 ponto]

Exemplo:

Segundo o Código Tributário Nacional (CTN), poder de polícia é a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes da concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. São exemplos do poder de polícia: licença para construir, autorização para porte de arma de fogo, imposição de multas administrativas, apreensão de mercadorias e outros.

1.2.Básica ou simples

O Imposto sobre Valor Agregado (IVA) é instrumento para a modernização do Sistema Tributário. Comente sobre os argumentos que sustentam a nova proposta de adoção do IVA, na revisão tributária, abrangendo os seguintes aspectos:

- a) políticos;
- b) econômicos e sociais;
- c) administrativos;
- d) financeiros.

Exemplo:

A modernização do sistema tributário inclui a discussão da adoção do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA).

1.3.Roteiro ou plano de desenvolvimento

(Cebbraspe) A Constituição Federal de 1988 enumera os princípios inerentes à Administração Pública, cuja função é a de dar unidade e coerência ao direito administrativo, controlando as atividades administrativas de todos os entes que integram a federação brasileira (União, estados, Distrito Federal e municípios). Esses princípios devem ser seguidos rigorosamente pelos agentes públicos, sob pena de estes praticarem atos inválidos e exporem-se à responsabilidade disciplinar civil ou criminal, a depender do caso.

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXPRESSOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ao elaborar seu texto, faça, necessariamente, o que se pede a seguir.

a) Nomine os princípios constitucionais expressos da Administração Pública.
[valor: 3,50 pontos]

b) Descreva o significado de cada um dos referidos princípios constitucionais.
[valor: 6,00 pontos]

Exemplo:

Os princípios referentes à Administração Pública estão presentes no artigo 37 da Constituição Federal de 1988. São eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Esses princípios controlam as atividades administrativas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com vistas à prática de atos válidos.

1.4. Parafraseada

Partindo-se da ideia da divisão de funções entre os três Poderes do Estado, pode-se afirmar, em sentido amplo, que todo ato praticado no exercício da função administrativa é ato da Administração.

Nesse sentido, desenvolva, objetivamente, um texto dissertativo, abordando os seguintes tópicos:

- a) produção de efeitos jurídicos do Ato Administrativo;
- b) o “motivo” do ato administrativo e os conceitos jurídicos indeterminados;
- c) a convalidação do ato administrativo e seus efeitos.

Exemplo:

A existência de uma divisão de funções entre os poderes pressupõe o desempenho de apenas uma função. Entretanto, os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário exercem, ainda, funções atípicas, a exemplo da administrativa para o Legislativo e o Judiciário. Nesse contexto, os atos praticados por todos os poderes, no exercício da função administrativa, são atos da Administração.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Desenvolvimento por explicação ou fundamentação.

2.2. Desenvolvimento por causas e efeitos.

2.3. Desenvolvimento por fundamentação histórica.

2.4. Desenvolvimento por argumentos de autoridade

2.5. Desenvolvimento por exemplificação.

2.6. Desenvolvimento por analogia.

3. CONCLUSÃO OU FECHAMENTO

3.1. Fechamento-expansão

3.2. Fechamento-intervenção

3.3. Fechamento-síntese/confirmação

1. PROPOSTA

(FGV/Senado - Analista Legislativo – Apoio Técnico-Administrativo – Administração)

Desenvolva um texto dissertativo que contemple, necessariamente, os seguintes tópicos:

- conceito de reengenharia organizacional;
- metodologia de implementação da reengenharia;
- objetivos da reengenharia;
- histórico de surgimento da reengenharia.

3. PADRÃO DE RESPOSTA (banca)

Conceituação: (4,0 pontos)

Reengenharia é o repensar fundamental, radical e drástico de uma organização. Por definição, na reengenharia, os antigos processos organizacionais podem ser inteiramente substituídos por processos inteiramente novos e revolucionários. Seu foco são as mudanças nos processos organizacionais.

Metodologia: (4,0 pontos)

A metodologia de implementação da reengenharia (a qual não pode ser confundida com seus objetivos ou sua própria definição) envolve, fundamentalmente, quatro etapas: 1) mapeamento dos processos organizacionais da empresa; 2) planejamento das mudanças a serem realizadas; 3) implementação das mudanças, ou seja, substituição dos processos organizacionais; e 4) avaliação de resultados, isto é, o monitoramento dos impactos ocasionados pela reengenharia na organização.

Objetivos: (2,0 pontos)

Os objetivos da reengenharia são basicamente dois. Em primeiro lugar, a ferramenta objetiva melhorar os processos organizacionais. Em segundo lugar, em um caráter mais amplo, a reengenharia visa melhorias de competitividade-eficiência-eficácia de uma organização.

Histórico de surgimento: (2,0 pontos)

A ferramenta surgiu na década de 1990 em um contexto de mudanças substanciais nos modelos de negócios então vigentes. Nesse sentido, mudanças nos padrões de consumo, no perfil dos clientes e no ambiente externo criaram o ambiente para o surgimento da ferramenta como uma resposta de adequação a essas questões.

4. COMO INICIAR O TEXTO?

A reengenharia é...

A ideia de reengenharia consiste em...

Conceitua-se reengenharia como...

O conceito de reengenharia relaciona-se a...

Segundo Fulano de Tal, reengenharia constitui...

5. TEXTO ESTRUTURADO (Fernando Moura)

Reengenharia constitui o repensar fundamental, radical e drástico de uma organização. Nesse contexto, processos inteiramente novos e revolucionários podem, por definição, substituir os antigos processos organizacionais na reengenharia, cujo escopo são as readequações estratégicas com vistas ao melhor desempenho.

No tocante à metodologia de implementação da reengenharia – que não pode ser confundida com seus objetivos ou sua própria definição –, há, fundamentalmente, quatro etapas: mapeamento dos processos organizacionais da empresa; planejamento das mudanças a serem realizadas; implementação das mudanças dos processos organizacionais; e avaliação de resultados, que consiste no monitoramento dos impactos ocasionados pela reengenharia na organização.

Os objetivos da reengenharia são, basicamente, dois. Em primeiro lugar, a ferramenta tenciona o aprimoramento dos processos organizacionais. Em segundo lugar, em um caráter mais amplo, a reengenharia visa a melhorias de competitividade-

eficiência-eficácia de uma organização. Esta, por exemplo, pode ter ótimo desempenho e, mesmo sem previsões de problemas futuros, opta por passar pelo processo de reengenharia para ganhar mais vantagem em relação aos concorrentes e aumentar ainda mais seu desempenho.

Por fim, ressalte-se que essa ferramenta surgiu na década de 1990, em um contexto de mudanças substanciais nos modelos de negócios então vigentes. Dessarte, mudanças nos padrões de consumo, no perfil dos clientes e no ambiente externo criaram o ambiente para o surgimento da ferramenta como uma resposta de adequação a essas questões.

6. OUTRAS PROPOSTAS

(Cabraspe/PF) 1. Discorra sobre o conceito de poder de polícia e cite dois exemplos de atos administrativos que expressam esse poder. [valor: 1,20 ponto]

(Cabraspe/TJDFT) 1. Conceitue estado de bem-estar social. [valor: 6,00 pontos]

(Cabraspe/Câmara dos Deputados) 1. Conceitue orçamento impositivo. [valor: 8,00 pontos]

**“A tragédia não é quando um homem morre.
A tragédia é o que morre dentro de um homem quando ele está vivo.”**

Sérgio Cortella

PORTUGUÊS ULTIMATO



Senado

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E
REDAÇÃO DISCURSIVA

AULA 7



**INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

www.proffernandomoura.com.br

**DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. É PROIBIDO O
COMPARTILHAMENTO DESTES MATERIAIS SEM AUTORIZAÇÃO DO
AUTOR.**

**PORTUGUÊS ULTIMATO SENADO 2
INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E REDAÇÃO**

AULA 7

Professor Fernando Moura

**DISSERTAÇÃO – PROVA DISCURSIVA
Senado**

ASPECTOS AVALIADOS

- Apresentação, legibilidade, margens e parágrafos
- Adequação ao tema e (ou) à tipologia textual
- Estrutura textual (construção pertinente de introdução, desenvolvimento e conclusão)
- Pertinência e riqueza de argumentos/exemplos
- Relação lógica entre as ideias
- Objetividade, ordenação e clareza das ideias
- Pertinência de conteúdo e abordagem

INTRODUÇÃO-ROTEIRO OU PLANO DE DESENVOLVIMENTO

Além da apresentação do pressuposto orientador, enumeram-se os argumentos ou as bases expositivas que constituirão o desenvolvimento da prova discursiva.

(Cebbraspe) Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

**PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXPRESSOS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

Ao elaborar seu texto, faça, necessariamente, o que se pede a seguir.

a) Nomine os princípios constitucionais expressos da Administração Pública.
[valor: 3,50 pontos]

b) Descreva o significado de cada um dos referidos princípios constitucionais.
[valor: 6,00 pontos]

Exemplo:

Os princípios referentes à Administração Pública estão presentes no artigo 37 da Constituição Federal de 1988. São eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Esses princípios controlam as atividades administrativas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com vistas à prática de atos válidos.

TEXTO 1

(Senado) Classifique a atual Constituição Federal quanto aos seguintes aspectos: conteúdo, forma, modo de elaboração, origem e estabilidade. Comente-os.

TEXTO ESTRUTURADO

A Constituição é a lei fundamental e suprema de um Estado, criada pela vontade soberana do povo. A atual Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB classifica-se, quanto ao conteúdo, à forma, ao modo de elaboração, à origem e à estabilidade, como, respectivamente, formal, escrita, dogmática, promulgada e rígida.

Quanto ao conteúdo, a CRFB é formal. Todos os dispositivos de seu texto são considerados formalmente matéria constitucional, mesmo quando não tratam de organização do Estado ou de direitos fundamentais.

No tocante à forma, classifica-se em escrita, porquanto sua composição é um conjunto de regras codificadas e sistematizadas em um único documento.

Em relação ao modo de elaboração, é dogmática, pois reflete a aplicação de princípios ou dogmas, de forma consciente, para a organização político-administrativa do Estado.

No que concerne à origem, classifica-se como promulgada, democrática ou popular. Apresenta, portanto, processo de positivação proveniente de acordo estabelecido pela vontade do povo. Trata-se da Constituição Cidadã.

Por fim, quanto à estabilidade, a atual CRFB é rígida. Isso quer dizer que ela permite a alteração por meio de procedimento mais complexo que o exigido para as leis ordinárias. O jurista Alexandre de Moraes entende que a Carta Magna é super-rígida, na medida em que, além de procedimento específico de alteração, existe núcleo intangível de matérias para o qual não é possível a abolição – cláusulas pétreas, previstas no artigo 60, parágrafo 4º.

TEXTO 2

Leia o texto a seguir.

As comissões parlamentares de inquérito (CPI) são temporárias, podendo atuar também durante o recesso parlamentar. Têm o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

São criadas a requerimento de pelo menos um terço do total de membros da Casa. No caso de comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI), é necessária

também a subscrição de um terço do total de membros do Senado e será composta por igual número de membros das duas Casas legislativas.

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito>

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

COMPETÊNCIAS E LIMITES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Ao elaborar seu texto, trate, necessariamente, dos seguintes tópicos:

- a) as CPIs e o princípio da legalidade; [valor: 3,50 pontos]
- b) as competências das CPIs segundo a Constituição Federal de 1988; [valor: 4,00 pontos]
- c) as CPIs e os crimes apurados no curso das investigações; [valor: 4,00 pontos]
- d) as limitações das CPIs. [valor: 3,50 pontos]

TEXTO ESTRUTURADO

As competências das Comissões Parlamentares de Inquérito – CPIs são apenas de natureza investigatória. Não lhes é cabível adotar quaisquer medidas que excedam seu campo de atuação, sob o risco de incidir em arbitrariedades capazes de comprometer o regime democrático e as liberdades individuais.

Nesse contexto, é defeso às CPIs, no exercício de suas funções fiscalizatórias, excederem os limites constitucionalmente previstos. Devem-se fundamentar na máxima do Princípio da Legalidade, segundo o qual todo ato que afronta a lei é nulo, o que compromete, assim, a efetividade de sua atuação. Em todo caso, cabe ao Supremo Tribunal Federal o controle jurisdicional sobre atos de CPIs que envolvam ilegalidade ou ofensa ao exercício regular do direito.

O artigo 58, §3º, da Constituição Federal atribui às CPIs poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, e essas competências instrutórias são amplas. No exercício de suas atividades, as CPIs podem: determinar diligências; convocar testemunhas – que devem dizer a verdade, sob pena de crime de falso testemunho; ouvir indiciados – quando estes não exercitarem seu direito de silêncio; requisitar documentos públicos; determinar a exibição de documentos privados; convocar ministros de Estado e outras autoridades públicas; e realizar inspeções pessoais.

Por outro lado, em decorrência da natureza estritamente investigatória que se lhes conferiu, as CPIs não têm condão para julgar os crimes apurados no curso das investigações. Suas conclusões têm natureza de relatório e devem ser encaminhadas à

autoridade judiciária competente para a responsabilização civil ou criminal dos investigados, conforme dispõe a Lei nº10.001/2000, que visa a obter a executividade das conclusões do inquérito, quando for o caso, e reforçar o papel das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Por fim, as CPIs possuem determinadas limitações de competência e de conteúdo. São elas: requisitos formais (requerimento de um terço dos membros da Casa Legislativa), temporais (atuação por prazo certo) e substanciais (apuração de fato determinado). Gozam dos mesmos poderes instrutórios conferidos às autoridades judiciais e devem sempre respeitar o postulado constitucional da reserva de jurisdição, os direitos fundamentais dos indivíduos e o princípio da separação de poderes. Eventuais provas obtidas mediante violação dos preceitos constitucionais devem ser declaradas ineficazes, visto que são ilícitas, e não podem ser aproveitadas processualmente para a responsabilização de possíveis infratores.

PORTUGUÊS ULTIMATO



INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E
REDAÇÃO DISCURSIVA

AULA 8



INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

www.proffernandomoura.com.br

**DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. É PROIBIDO O COMPARTILHAMENTO
DESTE MATERIAL SEM AUTORIZAÇÃO DO AUTOR.**

**PORTUGUÊS ULTIMATO SENADO 2
INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E REDAÇÃO**

AULA 8

Professor Fernando Moura

**DISSERTAÇÃO – PROVA DISCURSIVA
Senado**

FORMAS DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS DE CONSISTÊNCIA

a) Desenvolvimento por explicação ou fundamentação.

A redução da maioria penal é tema bastante discutido, especialmente com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2012, que tramita em conjunto com outras três propostas (74/2011, 21/2013 e 115/2015). A doutrina da proteção integral é o que caracteriza o tratamento jurídico dispensado pelo direito brasileiro a crianças e adolescentes, cujos fundamentos se encontram no próprio texto constitucional, em documentos e tratados internacionais e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa doutrina exige que se respeitem e se garantam os direitos humanos de crianças e adolescentes de forma integral e integrada, mediante a operacionalização de políticas de natureza universal, protetiva e socioeducativa.

b) Desenvolvimento por causas e efeitos.

Um aspecto a se considerar no âmbito da maioria penal é a relação entre a redução e o aumento da violência. Há quem defenda que a redução agravaria a violência — publicação do jornal norte-americano New York Times mostrou que tratar adolescente como adulto pode resultar em agravamento da violência, pois adolescentes que cumpriram penas em penitenciárias voltaram a delinquir, de forma ainda mais violenta, inclusive se comparados com aqueles que foram submetidos à justiça especial da infância e da juventude. Há, também, quem defenda que a redução da maioria penal reduziria a violência — por coibir a prática de crimes.

c) Desenvolvimento por fundamentação histórica.

Na Grécia antiga, por exemplo, teria sido impossível pensar em uma distribuição equitativa dos bens materiais, porque a técnica ainda não permitia superar as formas brutais de exploração do homem, nem criar abundância para todos. Na sociedade contemporânea, é possível pensar nisso, embora essa distribuição ocorra relativamente pouco. Essa insensibilidade nega uma das linhas mais promissoras da história do homem ocidental, aquela que se nutriu das ideias amadurecidas no correr dos séculos XVIII e XIX.

d) Desenvolvimento por argumentos de autoridade: citam-se certas fontes e especialistas que dispõem de dados fidedignos de que nós não dispomos.

De acordo com Maria Sylvia Di Pietro, o poder de polícia é a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público. Em outras palavras, o poder de polícia é o poder de que dispõe a Administração Pública para, na forma da lei, condicionar ou restringir o uso de bens, o exercício de direitos e a prática de atividades privadas, com vistas a proteger o interesse público.

e) Desenvolvimento por exemplificação.

O decreto legislativo regula matérias de competência exclusiva do Congresso, tais como: ratificar atos internacionais, sustar atos normativos do presidente da República, julgar anualmente as contas prestadas pelo chefe do governo, autorizar o presidente da República e o vice-presidente a se ausentarem do País por mais de 15 dias, apreciar a concessão de emissoras de rádio e televisão, autorizar em terras indígenas a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de recursos minerais.

f) Desenvolvimento por analogia.

A princípio, ressalte-se que se votou o Estatuto do Desarmamento. Fez-se a campanha de entrega voluntária de armas. Mobiliza-se agora um referendo para a proibição da venda de armas para civis no Brasil. São ações de grande porte, com vistas ao controle da arma de fogo e da proteção da vida. Lembram grandes campanhas preventivas do passado, como as de combate aos vetores transmissores de doenças tropicais. A violência, como a malária, virou epidemia, sintoma de uma patologia que escapa aos controles coletivos. Mosquito não é causa de doença, assim como arma não é causa de violência, mas ambos são responsáveis pela multiplicação e agravamento do mal.

ESTUDO DE CASO/ OPERADORES DE COESÃO E SEQUENCIAÇÃO

Introdução do estudo de caso (breve descrição da situação hipotética + análise inicial)

Desenvolvimento (análise: exploração dos tópicos do **roteiro apresentado pela banca examinadora**, consistência argumentativa, progressividade textual e sequência lógica do pensamento). Lembre-se dos operadores de sequenciação.

O caso em análise
Preliminarmente,
De início, ressalte-se
A princípio, note-se que
Constata-se
Nessa esteira,
Exemplo dessa realidade é...
Citam-se, como exemplos, ...
Para ratificar esse posicionamento,
Ademais,
Além disso,

Outro aspecto...
Com relação a
Nesse contexto, ...
Fica evidente, assim, ...
Quanto ao....
Dessa forma, ...
No que concerne a ...
Acrescente-se que ...
Nesse ponto,

Fechamento (confirmação da análise inicial/posicionamento). Dependendo do roteiro apresentado pela banca, é possível apresentar propostas, encaminhamentos ou soluções para o caso analisado.

Por fim,
Por derradeiro,
Finalmente, quanto a ...
Posto isso,
Em face dos argumentos apresentados, conclui-se que...
Em razão do exposto,
Diante das razões expendidas,
Ante a análise do caso,

PROPOSTA PARA ANÁLISE

(FGV/ Senado) Em sede de Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Senado Federal para apurar supostas irregularidades na construção, pelo governo federal, de usina hidrelétrica em determinada região do País, após oitiva de várias testemunhas, o Presidente da CPI o indaga sobre a possibilidade de adoção das seguintes medidas, sob a justificativa de serem imprescindíveis para o avanço das investigações:

I – quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Presidente da Comissão de Licitação do Órgão encarregado pela contratação das construtoras, responsáveis pelas obras, bem como de diversos integrantes da diretoria dessas empresas, solicitando-se, ainda em caráter sigiloso, a interceptação das ligações telefônicas feitas a partir dos números de celulares pertencentes aos aludidos investigados;

II- encaminhamento de ofício à Polícia Federal determinando que proceda à busca e apreensão de documentos e computadores na sede das construtoras contratadas para a realização das obras sob supervisão;

III- proibição de que advogados de testemunhas e indiciados interfiram, em qualquer circunstância, nos depoimentos ainda a serem prestados por seus clientes à Comissão, embora possam assistir às inquirições;

IV- convocação, por via postal ou telefônica, de pessoa envolvida com os fatos para prestar depoimento, a fim de que esclareça tudo o que sabe, sob pena de condução coercitiva, com a advertência de que não poderá se calar sobre fato relevante nem faltar com a verdade. Caso contrário poderá ser preso em flagrante.

Análise a viabilidade de cada medida pretendida, indicando, se for o caso, as adaptações que se façam necessárias para evitar possíveis questionamentos em sede judicial. Fundamente a sua resposta.

TEXTO ESTRUTURADO

Trata-se de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal com vistas a apurar supostas irregularidades na construção, pelo governo federal, de usina hidrelétrica em determinada região do País. No tocante às indagações do Presidente da CPI sobre a adoção das medidas apresentadas, com a justificativa de serem imprescindíveis para o avanço das investigações, há necessidade de esclarecimentos acerca da viabilidade de cada uma delas e apresentação das adaptações devidas.

Quanto à primeira medida, destaca-se que as decisões de quebra de sigilo devem ser adequadamente motivadas relativamente a cada investigado, como se pode observar em decisões do Supremo Tribunal Federal. Ademais, não se admite a interceptação de comunicação telefônica. O sigilo das comunicações somente pode ser violado por ordem judicial, segundo preceitua o art. 5º da Constituição. A providência desejada está submetida à reserva de jurisdição. Nesse contexto, recomenda-se a pertinência entre as medidas determinadas e os atos sujeitos à fiscalização ...

Em relação à busca e apreensão de documentos, esta também se sujeita à reserva de jurisdição (...). Assim, sugere-se que...

A terceira medida, por sua vez, é inviável, pois o advogado pode ter participação ativa na sessão, intervir quando conveniente à defesa de seu cliente e manter com este contacto pessoal e direto. Dessa forma, propõe-se que...

Por fim, não se admite a convocação por via postal ou telefônica – somente a convocação pessoal, conforme pronunciamento do STF. Nesse caso, a pessoa envolvida é obrigada a comparecer ...

PADRÃO DE RESPOSTA

1) As decisões de quebra de sigilo devem ser adequadamente motivadas relativamente a cada investigado, como se pode observar das seguintes decisões do Supremo Tribunal Federal: MS 23452; MS 23454; MS 23491 = 1 ponto;

1.1) Se o candidato deixa de fazer referência à motivação, limitando-se a confirmar a possibilidade de a própria CPI determinar a quebra: - 0,5

2) Não se admite a interceptação de comunicação telefônica; o sigilo das comunicações somente pode ser violado por ordem judicial (CF art. 5º, XII). A providência desejada está submetida à reserva de jurisdição = 1 ponto;

2.1) Se o candidato não faz referência à reserva de jurisdição, limitando-se a dizer que a CPI não pode determinar a interceptação telefônica: -0,5

3) Sugestões de adaptações a serem procedidas nas medidas e maior profundidade na abordagem do tema =1 ponto.

3.1) Se explora outros aspectos e declina expressamente a sugestão: - 0,5 por aspecto/sugestão, até o limite máximo de 1 ponto.

Exemplos:

- pertinência entre as medidas determinadas e os atos sujeitos à fiscalização;
- exigência de fundamentação em relação a cada indivíduo cujo sigilo é violado;
- formulação de pedido dirigido ao Juízo;
- viabilidade da interceptação apenas para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;
- viabilidade da interceptação apenas se o fato investigado constituir crime apenado com pena superior à detenção;
- fundamentação de cada ato de constrição calcada em fato determinado;
- princípio da colegialidade/quórum de votação para aprovação da medida (maioria absoluta dos membros);
- invalidação da prova produzida caso não seja respeitado o procedimento/forma pertinentes.